

A economia mexicana no decurso da crise global do capitalismo

Introdução

No final de 2012, coincidindo com a eleição de Enrique Peña Nieto como presidente e com a volta do Partido Revolucionário Institucional (PRI) ao governo, o México voltou a ser destaque nas manchetes da imprensa internacional com assuntos não relacionados ao narcotráfico ou às mortes ligadas à guerra para combatê-lo. Em outubro de 2012, a revista empresarial norte-americana *Forbes* ressuscitou o “milagre mexicano”. Segundo ela, o México não estava em crise, mas experimentava uma “milagrosa recuperação”, que o colocava na posição de desbancar o Brasil como líder da região latino-americana. “A economia brasileira” — afirmava a revista — “sofreu uma desaceleração e o México está começando a alcançar seu rival regional” (FORBES, 2012). Em novembro do mesmo ano, a conservadora revista britânica *The Economist* descobria o “*Mexican moment*”. Em sua opinião, enquanto a maioria dos países avançados continuava em recessão, o México emergia com força e, citando os bancos Goldman Sachs e Nomura, prognosticava que em 2020 “a economia mexicana estará entre as três maiores do mundo”. Seguiu fazendo referência às principais metas do novo presidente mexicano: a reforma da seguridade social e o estabelecimento de uma pensão universal; o desenvolvimento do potencial econômico do México, o que requer “um manejo sadio das finanças”; o respeito à autonomia do Banco Central; e a implementação de várias reformas estruturais, dentre as quais se mencionava a reforma trabalhista, para incrementar a flexibilidade laboral, bem como uma reforma de longo alcance no setor energético, que incluía o estabelecimento de “parcerias público-privadas” que promovam o investimento nos setores elétrico e petrolífero (THE ECONOMIST, 2012). Nesse mesmo mês, Enrique Peña Nieto afirmou, em uma reunião diante de importantes personagens do mundo das finanças e grandes empresários, que o México pode se tornar uma potência econômica apesar do cenário de crise mundial, graças à grande fortaleza da

economia nacional, que, em sua opinião, mantinha seu crescimento em condições de estabilidade econômica e financeira.

O “*Mexican moment*” se transformou em uma avalanche propagandística que abarcou os principais meios de comunicação nacionais e estrangeiros. Em fevereiro de 2013, o editorialista do *New York Times* Thomas Friedman, fiel admirador da globalização neoliberal, se uniu ao coro. Esse analista chegou ao extremo de proclamar o México como o “poder econômico mais dominante no século XXI”, e aconselhou o secretário de Estado norte-americano, John Kerry, a fortalecer a integração com o México, “em vez de bater a cabeça contra as rochas de Israel, Palestina, Afeganistão ou Síria”. Para respaldar seu venturoso vaticínio, mencionou o fato de o México ter firmado mais de 44 acordos de livre comércio — mais do que qualquer outro país no mundo — e de ser a principal potência exportadora de manufaturas na América Latina, já que suas vendas desses produtos ultrapassam as do conjunto dos demais países da região. Como sinal das mudanças promissoras que, segundo ele, estão ocorrendo no México, Friedman assinalou que embora o México ainda tenha problemas de governabilidade, “após 15 anos de paralisia política, os três maiores partidos políticos do México firmaram [...] o Pacto pelo México, para trabalhar juntos e lutar contra os grandes monopólios do setor energético, das telecomunicações e da educação, que mantiveram o México no atraso” (FRIEDMAN, 2013).

A verdade é que a economia mexicana não tem, nem teve durante as últimas três décadas, alto dinamismo, nem tampouco um futuro tão feliz como asseguram os panegiristas do novo governo. O México, assim como o restante dos países da América Latina que empreenderam juntos o caminho do neoliberalismo — inserindo-se passivamente na globalização neoliberal durante os anos 1980 —, teve um comportamento produtivo medíocre. A tendência à semiestagnação econômica se acentuou durante os governos panistas¹ de Vicente Fox e Felipe Calderón. Durante o período de 2001 a 2005, o crescimento médio do PIB foi de 2,2% e entre 2007 e 2011 foi ainda menor, alcançando a média de 1,1%, um dos piores desempenhos dos últimos 70 anos. O crescimento econômico, sob o neoliberalismo, se assemelhou ao “voo da galinha”: curto e ao rés da terra. Períodos breves de recuperações medíocres e fugazes combinados a períodos de estagnação e crises recorrentes resumem a história econômica do México nos últimos três decênios.

Este texto parte de considerações muito distintas das sustentadas pelos propagandistas do novo “*Mexican moment*”. Longe da ideia de que o México inicia uma fase de grande prosperidade, que o converteria em um dos líderes dos BRICS, este trabalho tem por objetivo demonstrar que o México, como a maioria dos países do planeta, não conseguiu se esquivar da crise global iniciada há mais de cinco anos. A recuperação cíclica que começou em 2010 chegou ao fim, dando lugar a uma nova recessão (a segunda em menos de três anos),

1. Refere-se aos governos emanados do Partido de Ação Nacional, de direita, criado durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940) para combater a expropriação petrolífera e as medidas governamentais socializantes.

cuja extensão ainda se desconhece. Igualmente, as reformas estruturais de viés neoliberal propostas pelo novo governo — de conteúdo similar às que foram aplicadas durante os últimos 30 anos e que foram as principais causadoras da semiestagnação econômica e do retrocesso social do país — dificilmente contribuirão para impulsionar o investimento e o crescimento econômico do país, mas seguramente colocarão em risco a segurança nacional e redundarão na perda do que ainda resta do patrimônio nacional e na precarização das condições de emprego e renda dos trabalhadores.

O texto está organizado da seguinte maneira: na seção 1 são apresentados o comportamento da economia mexicana e as políticas macroeconômicas aplicadas ao longo das diversas fases da crise global. Na seção 2, examina-se o Pacto pelo México e as reformas estruturais propostas pelo governo de Peña Nieto, enquanto na seção 3 é feita uma análise da nova recessão que teve início no final de 2012. Finalmente, apresentamos algumas conclusões.

1. A crise global no México

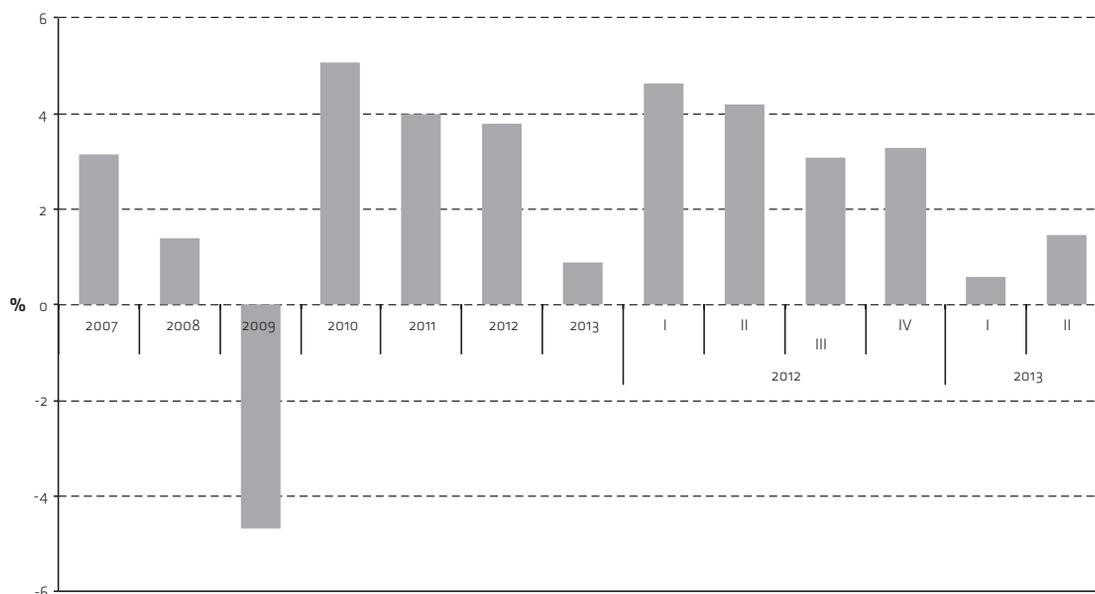
Os países periféricos, e entre eles o México e os da América Latina, não ficaram imunes à crise global. O México, diferentemente da maioria dos países da América do Sul, que emergiam de um dos períodos de crescimento mais intensos de sua história recente, foi atingido pela crise depois de mais de duas décadas de crescimento medíocre, com uma taxa média do PIB de 2% ao ano.

Para analisar as formas de manifestação da crise global no México, retomarei a periodização da mesma, que foi proposta em outro artigo (GUILLÉN, 2010). A primeira fase da crise global compreendeu o período de agosto de 2007 a setembro de 2008, quando irrompeu a crise financeira vinculada às hipotecas; a segunda fase, de setembro de 2008 a março de 2009, começou com a falência do Lehman Brothers, o agravamento da crise financeira e o desdobramento da chamada Grande Recessão; e a terceira, de agosto de 2009 a 2013, foi o período em que teve início uma recuperação frágil e desigual da produção, que rapidamente se viu ameaçada pelo princípio da crise europeia. É provável que em 2013 esteja começando uma quarta fase, na qual os Estados Unidos e os países centrais tentam normalizar sua política monetária e abandonar gradualmente seus programas de relaxamento monetário. Essa nova fase exerce enorme pressão sobre os mercados financeiros dos países emergentes e os tipos de câmbio de suas moedas, criando as condições de uma autêntica “tempestade financeira”. O México se encaixa perfeitamente nesse cenário.

Em sua primeira fase (agosto de 2007 a setembro de 2008), a crise se manifestou de forma branda na maioria dos países periféricos. Como nessa fase a

crise foi fundamentalmente financeira e os sistemas bancários e financeiros do México e da América Latina estavam pouco expostos às hipotecas e aos títulos que a detonaram, seu impacto foi restrito. Além disso, os governos haviam acumulado reservas internacionais históricas durante a expansão (ver Gráfico 4). O impacto da crise nesse momento foi secundário. As economias da região puderam continuar crescendo sem grandes sobressaltos, embora em menor ritmo. Em 2007, o PIB da América Latina aumentou em 5,8%, cifra similar à do ano anterior e superior ao crescimento do PIB mundial (5,2%). Mesmo o México, que se manteve semiestagnado durante a primeira década do século XXI, cresceu em 2007 a uma taxa real de 3,2%.

Gráfico 1 – México: Taxa de crescimento real do PIB, 2007-2013, variações anualizadas



Fonte: INEGI. Nota: O dado anual de 2013 é uma estimativa de BANXICO.

Durante a segunda fase da crise (novembro de 2008 a julho de 2009), seus efeitos foram sentidos intensamente. Nenhum país, incluindo a China e a Índia, saiu ileso da grande recessão de 2008-2009, confirmando a falsidade da tese de “descolamento” sustentada nos primeiros meses da crise. Durante o quarto trimestre de 2008, a economia mexicana entrou em recessão, juntamente com a maioria das economias latino-americanas. Os principais mecanismos de propagação da recessão foram a deterioração dos termos de troca no comércio exterior, a redução das remessas dos trabalhadores emigrantes e a retirada maciça, embora temporária, dos capitais de carteira dos mercados financeiros da região.

O primeiro mecanismo não deveria ser motivo de surpresa para ninguém, por ser conhecido desde que Prebisch (1996) e Singer (1996) criaram a tese de deterioração dos termos de troca. Especialmente durante as “grandes crises”, e essa é uma delas, os preços dos produtos primários tendem a baixar durante as fases recessivas a um ritmo superior ao do resto das mercadorias. Os preços do petróleo, do cobre, da soja e da maioria dos produtos primários caíram significativamente desde o fim de 2008. O índice em dólares de produtos primários calculado pela revista *The Economist* baixou 10% somente no mês de setembro de 2008. Segundo a mesma fonte, o índice dos metais havia diminuído 22% em relação ao ano anterior. A queda dos produtos primários continuou em 2009. Os preços do petróleo baixaram 36,3%, enquanto o índice dos produtos primários distintos dos combustíveis reduziu 18,7%. Quanto à queda das remessas de emigrantes devido à recessão, os mais afetados foram o México e os países centro-americanos e do Caribe.

O terceiro mecanismo diz respeito à lógica dos capitais de carteira. Os operadores desses capitais decidiram se retirar dos mercados emergentes em outubro de 2008 em busca de títulos mais seguros. Segundo dados do Instituto de Finanças Internacionais, os fluxos privados de capital para a América Latina sofreram uma drástica redução de US\$ 105 bilhões em 2007 para US\$ 57 bilhões em 2008, durante o pico da recessão. As bolsas do Brasil, do México, do Chile e de outros países latino-americanos despencaram temporariamente e suas moedas sofreram um embate especulativo como não se via desde a crise argentina de 2001. A bolsa brasileira se manteve em baixa no período de maio a novembro de 2008, enquanto a bolsa mexicana teve sua baixa estendida até fevereiro de 2009. No período mencionado, o índice Bovespa do Brasil registrou uma contração acumulada de 49,5%, enquanto a bolsa mexicana acumulou uma perda de 44,4% (Gráfico 2). As corporações enfrentaram problemas com o refinanciamento de sua dívida externa e as filiais das empresas e bancos transnacionais que operam na região aceleraram a remessa de lucros, dividendos e outros pagamentos a suas matrizes.

Gráfico 2 – Bolsas de Valores: Brasil, México e Argentina – 2001-2013



A retirada temporária dos fluxos externos de capital provocou a depreciação dos tipos de câmbio, o que reativou as pressões inflacionárias, levando os governos a endurecer sua política monetária. Em apenas 25 dias (de 15 de setembro a 10 de outubro de 2008), o real brasileiro sofreu desvalorização de 24%, o peso mexicano de 15% e o peso chileno de 16,6%. Como se pode perceber, o impacto foi maior naquelas economias que, no marco da abertura da conta de capital, permitiram a supervalorização de suas moedas. Não por acaso, a Argentina, que havia mantido uma política de tipo de câmbio competitivo desde sua crise de 2001, experimentou nesse intervalo uma desvalorização de 3,7%.

Durante o ano de 2009, 19 países latino-americanos experimentaram a recessão. A América Latina e o Caribe, em seu conjunto, registraram uma baixa no PIB de 1,9%. Os países mais afetados pela recessão foram os mais ligados aos Estados Unidos, como o México, cujo PIB registrou uma queda sem precedentes de 6% (ver Gráfico 1).

A recessão de 2009 foi a pior desde a registrada durante a crise da dívida externa de 1982, além de ter sido generalizada. Em termos de intensidade, a América Latina foi a segunda região do mundo mais afetada, superada apenas pela Europa Oriental e por algumas das antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central (OCAMPO, 2011, p. 12). A recessão no México foi mais profunda do que a experimentada pela maioria dos países da região, maior do que a vivida por esse país em

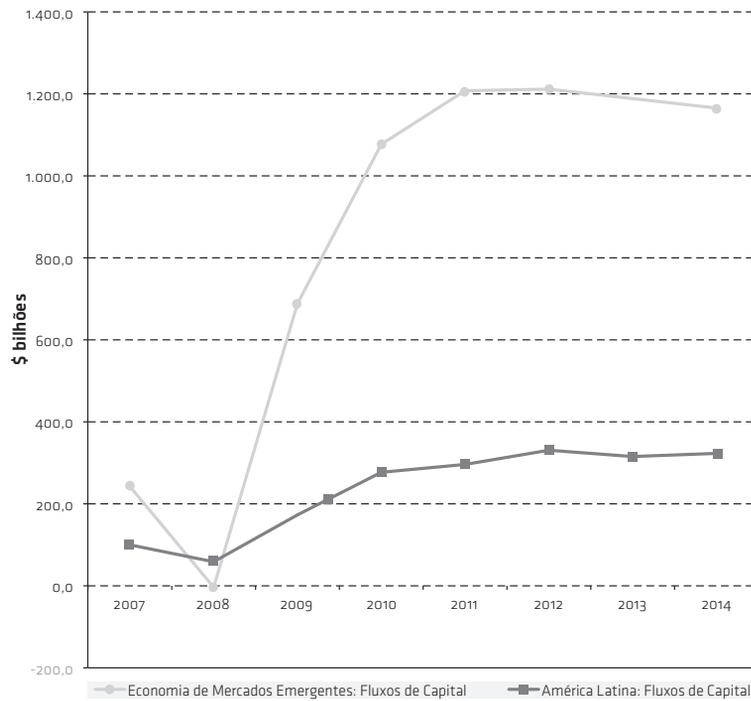
1982-1983 e do que a associada ao chamado “Efeito Tequila”, de 1994-1995.

A grande recessão terminou no terceiro trimestre de 2009, mas não a crise global. Embora desde então tenha se iniciado um processo incipiente e desigual de recuperação cíclica e de relativa estabilidade em alguns mercados financeiros, persistiu a incerteza sobre o curso futuro da economia mundial e sobre os mecanismos e as reformas necessárias para conter e solucionar a crise. Em vez de terminar, a crise entrou, desde agosto de 2009, em uma terceira etapa muito complexa. No plano produtivo, a recuperação mundial foi desigual e frágil. Enquanto certas economias emergentes — em particular os chamados BRICS — mantiveram taxas relativamente altas de crescimento, outras economias, como foi o caso dos países europeus, se afundaram na recessão. Entre 2010-2012, o México cresceu a taxas moderadas, mas superiores às do início da década.

Uma peculiaridade importante da terceira fase é que apesar de ter sido o capital monopolista-financeiro o principal causador da crise global, ele seguiu operando no antigo estilo sem nenhuma restrição. Embora os títulos ligados às hipotecas tenham se mantido praticamente imóveis com a crise, o capital monopolista-financeiro continuou buscando incessantemente o máximo lucro em novos focos de especulação. Alguns deles são os mercados emergentes, como o México. Os fluxos de capital privados para América Latina saíram do marasmo de 2008 a 2009 e apresentaram forte recuperação a partir de 2010. No período de 2010 a 2012, o fluxo anual médio de fluxos de capital para a região foi de US\$ 301 bilhões, contra os US\$ 171,3 bilhões recebidos em 2009 (Gráfico 3). Segundo dados do Inegi, somente no México, durante o mesmo período, houve uma entrada de capitais de carteira numa média anual de US\$ 53,3 bilhões (US\$ 159,4 bilhões nos três anos em questão), o que representou 17,7% do total latino-americano. As grandes entradas de capital de portfólio provocaram uma grande supervalorização do peso mexicano e das moedas latino-americanas em geral, uma vez que quase todos os países aplicam políticas monetárias pró-cíclicas. Por outro lado, a alta do preço das *commodities* durante 2010 e 2011 avivou as pressões inflacionárias, reforçando o incentivo dos governos a usar o tipo de câmbio como âncora inflacionária.

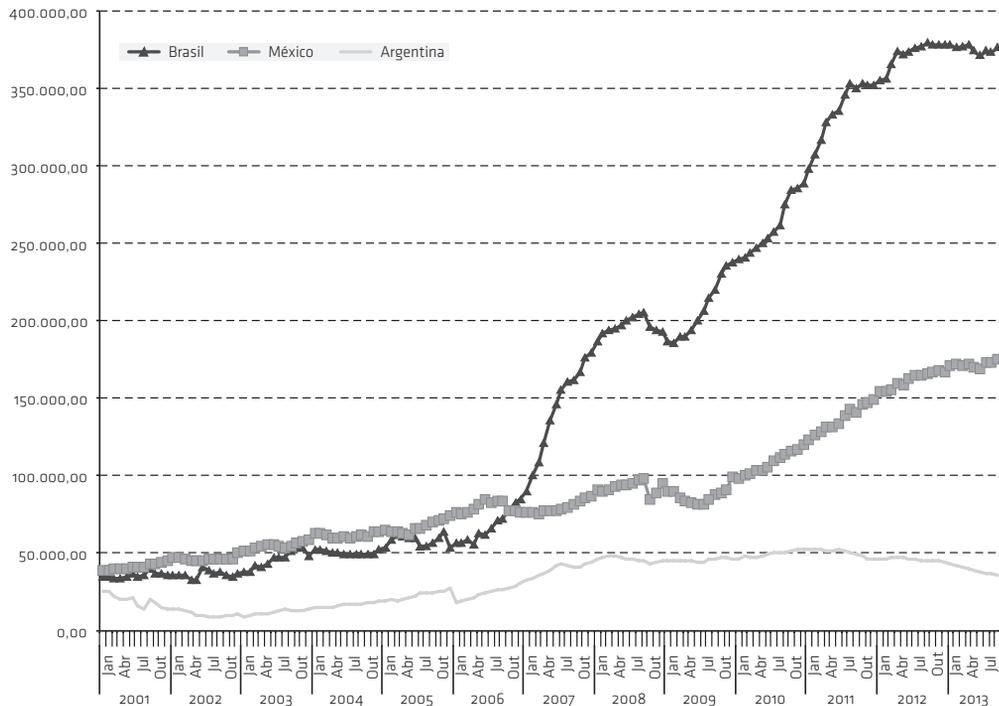
É importante destacar, para os fins deste capítulo, que tanto a recessão de 2009 como a recuperação subsequente se desdobraram de forma diferenciada na América Latina, o que se explicaria, em boa medida, como sugiro em outros trabalhos (GUILLÉN, 2012), pelo tipo de estratégias e estilos de desenvolvimento adotados pelos diferentes países, bem como pelo tipo de resposta perante a crise. Em linhas gerais, poderíamos afirmar que a recessão afetou mais severamente os países que ainda são regidos pelas políticas do Consenso de Washington e que são mais dependentes da economia norte-americana, como é o caso do México e dos países centro-americanos e do Caribe, do que aqueles que experimentam estratégias alternativas de desenvolvimento distintas do Consenso de Washington, como é o caso da maioria dos países da América do Sul.

Gráfico 3 - Fluxos de capital: Mercados Emergentes e América Latina



Fonte: BCB, Banxico *Milhões de Dólares

Gráfico 4 - Reservas Internacionais*: Brasil, México e Argentina 2001-2013



Fonte: BCB, Banxico *Milhões de Dólares

Com a entrada maciça de capital de carteira do exterior, tanto o peso mexicano como o real brasileiro experimentaram uma grande superavaliação durante essa terceira fase, só interrompida em curtos períodos de tempo por episódios de volatilidade vinculados aos avatares da crise europeia. A decisão do Banco Central Europeu (BCE) de emprestar dinheiro aos bancos fragilizados a taxas de 1% aumentou o interesse pelo ingresso nos mercados financeiros latino-americanos para efetuar operações de *carry trade*. Essa avalanche de recursos não fez mais do que favorecer as tendências de superavaliação das moedas e a consequente semiestagnação das economias, processos já conhecidos e reiterados, inerentes à globalização financeira e às políticas pro-cíclicas que a caracterizam.

2. Refere-se ao governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994).

2. Novo governo: Pacto pelo México e reformas estruturais

Durante os últimos três anos, como mencionado anteriormente, o México passou por um processo moderado de recuperação cíclica, depois do desastroso resultado de 2009 (ver Gráfico 1). Essa retomada permitiu apenas recuperar a produção perdida em 2009 e não significou uma melhora das condições de vida da maioria da população, confrontada com a retração dos salários reais e níveis altíssimos de subemprego. Não por acaso, portanto, houve aumento da pobreza, como acaba de reconhecer o Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (Coneval). Este organismo governamental, responsável pela medição da pobreza — que, segundo diversos especialistas nesses assuntos, subestima sua magnitude —, afirmou recentemente que o número de pobres aumentou em mais de 3 milhões, passando de 48 milhões de pessoas em 2008 para 52 milhões em 2012, o que representa 46,2% do total da população mexicana. Por sua vez, a pobreza extrema, que implica pobreza alimentar, isto é, fome, aumentou em 38 mil pessoas, totalizando 11,7 milhões de mexicanos, 10,4% da população total.

O novo governo mexicano de Enrique Peña Nieto estreou em um momento de incerteza. A economia mundial continua presa nas redes de uma crise global ainda não superada. A economia mexicana não ficou à margem do processo geral de desaceleração produtiva ocorrido na maioria dos países, motivo pelo qual o futuro promissor anunciado pelo novo governo — que chega ao poder depois de uma eleição questionada e com o repúdio dos segmentos mais conscientes da sociedade civil mexicana — não tem bases objetivas de sustentação, menos ainda se a nova administração não estiver planejando uma profunda revisão da estratégia de desenvolvimento neoliberal.

O novo governo aposta, como o fez o salinismo² anteriormente, no fator

de confiança e no despertar de expectativas favoráveis entre os grandes capitalistas nacionais e estrangeiros para manter o crescimento da economia. Por isso, com o respaldo dos meios de comunicação nacionais e internacionais, amplia-se o alcance dos acordos realizados entre os três principais partidos políticos e que se plasmam no chamado Pacto pelo México. Sustenta-se que o Pacto elimina a paralisia legislativa que havia caracterizado o México e abre caminho para o estabelecimento de políticas de Estado e para a implementação das reformas estruturais que supostamente desencadearão o desenvolvimento.

O Pacto pelo México inclui 95 compromissos nos mais diversos campos, do econômico ao político e ao social. Entre as principais medidas anunciadas estão reforma fazendária; reforma energética; uma lei de telecomunicações que abra o setor à concorrência; reforma educacional; uma nova reforma eleitoral; novos programas voltados para a redução da pobreza; reforma do Distrito Federal; e outras. Ainda é muito cedo para avaliar os efeitos do Pacto pelo México. Mas não faz sentido superdimensionar sua importância, como fazem seus signatários, nem considerá-lo simplesmente um ato demagógico do governo e das forças dispostas a colaborar com o poder econômico e político. Em política não há resultados predeterminados.

A nova administração precisa fazer algumas mudanças em suas políticas para conquistar certa legitimidade depois de eleições controversas e da situação desastrosa deixada nas áreas econômica e de segurança, por 12 anos de governo panista. Nessa linha, é previsível que se realizem mudanças secundárias, sem que os principais eixos da estratégia neoliberal sejam alterados, mas seria ingênuo acreditar que do Pacto pelo México surgirão, como num passe de mágica, reformas que beneficiem a nação e as classes subordinadas.

O Pacto não é um pacto social entre o governo e o conjunto das organizações dessemelhantes da sociedade civil e nem sequer um acordo do conjunto de partidos políticos registrados, mas um pacto entre o governo, o partido oficial e os dois principais partidos de oposição, que se encontram divididos e eleitoralmente enfraquecidos, como se pode comprovar diariamente. Em outras palavras, trata-se de um pacto entre o governo e as cúpulas mais colaboracionistas e oportunistas de tais partidos, o que restringe enormemente a legitimidade de suas decisões.

Na esfera econômica, pode-se esperar, como dito anteriormente, uma continuação e, mais ainda, um aprofundamento da agenda neoliberal. A aprovação da reforma trabalhista, que formalizou a precarização do emprego, foi um primeiro aviso. Até agora o governo de Peña Nieto apresentou várias reformas para serem aprovadas às pressas (colocando em xeque sua qualidade) pelo Congresso ao longo de 2013: a das telecomunicações, a financeira, a da educação, a fazendária, a política e a energética.

Não é possível fazer uma avaliação detalhada e profunda de cada uma das

reformas neste espaço, sobretudo porque a maioria delas se encontra em discussão no Poder Legislativo ou depende da elaboração de suas leis secundárias. Portanto, me limitarei a tecer alguns comentários provisórios acerca de seu provável alcance e de seus efeitos no processo de desenvolvimento do país.

Começemos pela lei de telecomunicações, que já foi promulgada, embora careça de legislação secundária. O principal objetivo dessa lei é aumentar a concorrência no setor, permitindo o acesso de novas empresas aos negócios relacionados aos meios de comunicação digital e de telefonia. Embora, em princípio, esse objetivo seja desejável, dados os altos níveis de concentração de capital existentes em virtude dos poderosos interesses em jogo no setor, é muito improvável que essa reforma resulte em maior democratização e em reformulação dos conteúdos das mídias. Em todo caso, haverá maior concorrência oligopólica entre as mídias com a entrada de alguns grupos novos, mas com os mesmos propósitos ideologizantes e sem permitir o acesso aos segmentos da sociedade civil contrários ao *status quo*.

Há um propósito semelhante de fomento da concorrência na reforma financeira, que se propõe, entre outros objetivos, a incentivar a ampliação e o barateamento do crédito dos bancos comerciais, estimular o crédito através do banco de desenvolvimento e melhorar a supervisão prudente do sistema financeiro. O sistema bancário comercial “mexicano” empresta muito pouco às empresas. Segundo as palavras do secretário da Fazenda, Luis Videgaray, ao apresentar a reforma financeira, o crédito atribuído pelo sistema bancário comercial ao setor privado é de apenas 26% do PIB, em contraste com a média da América Latina, que é superior a 50%, ou de países como o Chile, que têm uma penetração de crédito próxima de 100%. Do mesmo modo, o crédito para o setor privado como porcentagem dos ativos do sistema bancário para janeiro de 2013 ficou em apenas 43%, nível inferior, por exemplo, ao do Chile (72%) (VIDEGARAY, 2013).

No entanto, essa reforma não realiza mudanças profundas na operação de um sistema bancário dominado pelo sistema financeiro estrangeiro, transformando em mistério a forma como se dará a desejada expansão do crédito para as atividades produtivas. A reforma também não estabelece nenhum controle ou limite à remessa de lucro dos bancos a suas matrizes, prática ampliada desde o estouro da crise global. No caso do banco de desenvolvimento, não há alteração em sua posição como banco de segundo patamar, o que limita enormemente sua atuação como alavanca de desenvolvimento e para a elaboração e implementação de uma autêntica política industrial. A canalização de seus recursos creditícios continuará subordinada às decisões e aos interesses do sistema bancário comercial.

Uma reforma amplamente divulgada e ao mesmo tempo questionada é a da educação, já aprovada tanto nas mudanças constitucionais que envolve como em

sua legislação secundária. Seus principais objetivos são a melhoria da qualidade da educação e a recuperação do comando do Estado nesse âmbito, já que muitas de suas funções haviam sido transferidas, com o beneplácito dos governos priístas e panistas anteriores, para o sindicato corporativo (SNTE). Para dar credibilidade a esse propósito, foi armada a prisão de Elba Esther Gordillo, a secretária geral corrupta desse sindicato, sem que isso significasse qualquer democratização de tal organismo, cuja direção foi entregue a um de seus principais aliados, que apoiou de imediato a reforma promovida pelo governo.

Embora seja louvável a intenção de elevar a qualidade da educação pública e privada, que trabalha com padrões muito baixos, cabe lembrar que essa reforma apresenta vários aspectos discutíveis. Em primeiro lugar, o diagnóstico da problemática educacional do país utilizado na redação da proposta é muito pobre ou quase inexistente. Basta dizer que algo tão elementar para qualquer diagnóstico como o censo das instalações educacionais está começando a ser feito pelo Inegi, quando deveria, na verdade, ter precedido a reforma. Em segundo lugar, não há uma proposta pedagógica na reforma, nem houve um processo sério de debate com os envolvidos: professores, alunos, pais de família, acadêmicos especialistas etc. Ao que parece, a maior preocupação era satisfazer, o mais rápido possível, às exigências dos organismos internacionais (OCDE, Banco Mundial) que cobram a conclusão da agenda neoliberal e o fomento das reformas estruturais pendentes.

Essa reforma estriba a melhoria da educação na avaliação dos professores, o que parece ser a principal preocupação do governo, coincidindo com a visão da OCDE, cuja estirpe neoliberal ninguém pode negar, e que em um recente informe ressalta a importância da reforma e destaca exclusivamente esse aspecto. Em sua opinião:

A lei aprovada em janeiro deste ano é um importante passo e deveria tornar o sistema de contratação, avaliação e promoção dos professores mais profissional, na medida em que prescinde dos critérios discrecionais que permitiram aos professores muitas vezes comprar ou herdar postos. (OCDE, 2013, p. 15)

Ao se concentrar na avaliação dos professores, a reforma da educação se converte em reforma trabalhista para restringir os direitos dos trabalhadores. Também pode ser utilizada como arma política para enfraquecer a crescente dissidência sindical reunida em torno da Coordenadoria Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE). Além do mais, é difícil acreditar em mudança na qualidade da educação de um país onde os professores recebem salários raquíticos, a maioria dos alunos é pobre ou desnutrida, e cuja infraestrutura escolar (instalações, equipamentos etc.) se encontra em condições lastimáveis, sobretudo nas regiões mais atrasadas.

No que tange à chamada reforma fazendária, recentemente aprovada pelo Congresso, foi mais uma reforma tributária, já que é pouco o que a iniciativa incorpora em relação à administração do gasto público. Ninguém pode colocar em dúvida a necessidade de aumento da renda pública diante das crescentes necessidades sociais e de investimento. O México é um dos países com carga fiscal mais baixa do mundo e da América Latina. Esta representa 10% do PIB, muito abaixo da média de 40,6% dos países da OCDE e de 15% dos países latino-americanos. Com a reforma recentemente aprovada, espera-se o aumento da receita pública em 180 bilhões de pesos. A reforma foi apresentada pelo governo como uma reforma social, já que inclui uma pensão universal para maiores de 65 anos e a implementação de um seguro-desemprego para os trabalhadores do setor formal da economia. Também foi apresentada como uma reforma redistributiva, na qual, segundo afirmou Videgaray, “os que mais ganham são os que mais pagam”.

É verdade que essa reforma introduz algumas mudanças fiscais nessa direção, como é o caso da eliminação de alguns regimes especiais (regime de consolidação fiscal, *maquiladoras* etc.); o estabelecimento de ônus para as operações na bolsa e para os dividendos; e o tímido aumento na progressividade do imposto sobre a renda dos que ganham mais de 500 mil pesos anuais. Outro elemento a ser destacado é o abandono temporário do mito do equilíbrio fiscal e a previsão de um déficit financeiro de 1,5% para 2014, o que implicará em maior endividamento público.³

Existem, no entanto, razões para supor que a reorientação da estratégia fiscal parece ter obedecido não a uma mudança de paradigma, mas ao temor da reação popular em caso de aplicação do IVA aos medicamentos e alimentos, apresentado umas semanas antes como o abracadabra da reforma fiscal.⁴

Cabem duas considerações adicionais sobre essa reforma. Independentemente de efetuar algumas mudanças timoratas na orientação da política fiscal, a reforma é levada a cabo em um contexto macroeconômico recessivo, o que pode fazer com que os aumentos de arrecadação sejam anulados, ou ao menos parcialmente contra-arrestados, pela baixa na produção e na receita dos agentes econômicos que serão provocados pela iminente recessão. A segunda consideração é que, mais do que obedecer a uma mudança na orientação neoliberal da política fiscal, a reforma parece responder à necessidade de tapar o buraco fiscal que será deixado pela transferência da renda do petróleo para as empresas transnacionais e para os grandes grupos privados nacionais que seriam beneficiados com a reforma energética, questão da qual tratarei agora.

A reforma energética foi classificada por seus incentivadores como “a mãe de todas as reformas”. Não foi à toa que recebeu esse título, já que sua aprovação nos termos propostos pelo governo significaria uma guinada de 180 graus não somente na condução da indústria petrolífera, mas em toda a estrutura

3. Não foi à toa que as mudanças fiscais, o aumento do déficit orçamentário e o aumento da dívida pública foram abertamente rechaçados e criticados pela cúpula empresarial, pelos meios de comunicação de massa, pelos intelectuais e pela direita política.

4. Em uma reunião realizada em Puebla em janeiro de 2013 entre o diretor do Banco do México e os senadores do PAN, o primeiro destacou que, em matéria fiscal, o IVA era uma “área de oportunidade”, por ser o imposto mais fácil de ser cobrado (LA PRENSA, 2013).

constitucional e no pacto social formado desde o triunfo da Revolução, que preserva os recursos do solo e do subsolo como propriedade da nação. Partindo da tese de que as condições de exploração de petróleo e gás mudaram substancialmente desde os tempos da exploração petrolífera e de que o México não conta com os recursos financeiros e tecnológicos para enfrentar os desafios impostos pela exploração de poços não convencionais e das reservas contidas nos leitos marinhos, foi proposta a abertura da Pemex à participação do capital privado nacional e estrangeiro. Segundo a iniciativa governamental:

No contexto atual, a impossibilidade de a nação lançar mão da participação de particulares em suas atividades de exploração e extração através de contratos, que poderiam contribuir justamente com os altos investimentos necessários, os recursos tecnológicos e a experiência, bem como dividir os riscos, constitui uma barreira injustificada que a coloca em desvantagem em relação aos demais operadores e a impede de aproveitar de forma ótima seus próprios recursos em benefício dos mexicanos. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2013, p. 11)

Para garantir a abertura ao capital privado propõe-se a alteração do artigo 27 da Constituição, eliminando a restrição que impede que o Estado mexicano celebre contratos com particulares para a exploração de petróleo. Para tanto, seriam estabelecidos contratos de lucro compartilhado. Altera-se, igualmente, o artigo 28, que estabelece a exclusividade do Estado na exploração dos recursos do subsolo. Para isso, propõe

retirar das áreas estratégicas do Estado a petroquímica básica e afiançar em nível constitucional que as atividades da indústria petroleira, tais como o processamento de gás natural e o refino do petróleo, assim como o transporte, o armazenamento, a distribuição e a comercialização desses produtos e seus derivados possam ser realizadas tanto por organismos do Estado, como pelos setores social e privado, através de licenças outorgadas pelo Executivo Federal. (IBID, p. 12)

Em outras palavras, uma vez aprovada a proposta pelo Congresso, a Pemex se converteria em uma empresa pública concessionária de contratos a particulares, conservando em suas mãos somente os ativos que não fossem de interesse do capital privado. Assim, as petrolíferas transnacionais e os grupos privados nacionais poderiam operar indústrias de petroquímica básica, processar gás natural, construir e operar refinarias, construir dutos e abrir postos de gasolina em igualdade de condições.

A iniciativa de reforma, que entrará em discussão no Senado no final de novembro, provocou grande controvérsia na sociedade mexicana. Segundo foi comprovado por diferentes pesquisas (adnpolítico.com), cerca de metade da população é contrária à privatização da Pemex. Conforme uma pesquisa

de âmbito nacional realizada pela Parametria em agosto em entrevistas “cara a cara” efetuadas em residências, 49% dos entrevistados se manifestaram contra a privatização, enquanto apenas 19% afirmaram ser a favor (*Ibid*). Por essa razão, e dada a transcendência da mudança envolvida na reforma, a esquerda exigiu que ela fosse submetida a uma consulta popular vinculante antes de sua discussão no Congresso, demanda repudiada pelo governo, pelo PRI e pelo PAN.

Também houve reações à proposta por parte da direita e dos possíveis beneficiários da reforma. Em seu caso, embora se celebre o fato de a iniciativa privatizadora estar no caminho correto, sua demanda é ir além da proposta governamental. No dia 5 de novembro de 2013, o influente jornal norte-americano *The Wall Street Journal* revelou a existência de negociações entre o governo de Peña Nieto e o PAN para estabelecer contratos mais ambiciosos, capazes de atrair o interesse das grandes petrolíferas transnacionais. Segundo a nota do jornal:

O novo plano permitiria ao governo adotar contratos diferentes sobre uma base caso a caso. A participação em benefícios — em que toda a produção fica com o Estado — pode ser utilizada para os campos de baixo risco. A produção compartilhada — em que a produção é compartilhada entre o Estado e a empresa privada — poderia ser utilizada para os campos de maior risco. Os negociadores também estão esboçando um terceiro tipo de contrato para campos de difícil acesso em águas ultraprofundas e em gás de xisto, nos quais a empresa controla o petróleo mediante o pagamento de direitos e impostos. (THE WALL STREET JOURNAL, 2013)

Embora o governo tenha negado a existência de tais negociações, não se descarta a possibilidade de que essa discussão seja abordada pelo Congresso. Desde que a iniciativa foi entregue aos legisladores, vários porta-vozes de empresas petrolíferas manifestaram pouco interesse em participar mediante contratos de lucro compartilhado, uma vez que os mesmos não lhes permitem incorporar em suas demonstrações financeiras as reservas envolvidas nos campos que venham a explorar. O motivo desse desinteresse é compreensível, pois no capitalismo financeirizado de nossos dias o valor das corporações é medido pelo valor de suas ações e estas não alcançariam maior valor se as reservas petrolíferas não forem incluídas em seus balanços.

É provável que o governo imponha sua reforma energética mediante os votos combinados do PRI e do PAN, o que certamente motivará protestos populares maiores do que os realizados pelos professores frente à reforma da educação. Na estratégia neoliberal a privatização da Pemex é tão importante quanto a assinatura do Nafta⁵ nos tempos do salinismo.

Para o governo e a oligarquia dominante, concluir a agenda neoliberal com novas reformas liberalizadoras e privatizadoras, em conformidade com os organismos multilaterais e o capital monopolista-financeiro internacional, é o *deus ex machina* que fará o milagre de tirar o México da estagnação

5. Não por acaso a abertura do setor energético mexicano está sendo levada em conta nas negociações do Acordo de Associação Transpacífico (TPP, na sigla em inglês), que é o principal instrumento de geoestratégia e política comercial norte-americana, com o objetivo de rivalizar e isolar a China e apoiar os governos da América Latina mais favoráveis aos Estados Unidos. Segundo revelação de uma comunicação do Wikileaks de um documento oficial do Congresso norte-americano “as negociações do Acordo de Associação Transpacífico podem abrir espaço para que a discussão de questões adicionais, como a reconsideração por parte do México da exclusão de investimento privado de sua indústria petrolífera, sejam abordadas” (LA JORNADA, 2013, p. 4). O governo mexicano se apressou em desmentir a existência dessas negociações, da mesma maneira como negou as revelações do *Wall Street Journal* acerca das conversas sobre os contratos de exploração petrolífera.

e restabelecer o crescimento. Na verdade, sem descartar que possa haver um novo investimento em alguns dos ramos contemplados pelas reformas impulsionadas pela administração de Peña Nieto, a insistência em aprofundar o modelo neoliberal somente perpetuará a estagnação e o atraso social, como demonstrou a experiência dos últimos 30 anos. Além disso, reformas como a energética nos transformarão em uma nação sem patrimônio nem soberania, num tipo de semicolônia norte-americana. A estagnação econômica não será superada, pois faz parte da lógica da operação de um modelo, como o atual, pautado pela abertura e economia externa. São essas, aliás, as principais causas das repetidas crises que nos assolaram nas últimas décadas.

3. O avanço da nova recessão

A partir de 2011, observa-se no México e na América Latina um claro processo de desaceleração, que tem continuidade em 2012 e 2013. Em 2012, o crescimento médio da região foi de 3%, e para 2013 a Cepal estimava, otimistamente, em junho desse ano, uma taxa similar. Mais preocupante é o fato de Brasil e México, as maiores economias do subcontinente, registrarem maior desaceleração. Segundo a Cepal, crescerão 2,8% e 2,5% em 2013, respectivamente, embora durante o primeiro trimestre desse ano ambas as economias tenham se mantido praticamente estagnadas aumentando as possibilidades de uma nova recessão.⁶

Esse organismo resumia assim a situação da economia latino-americana em janeiro de 2012:

Passados três anos da eclosão da crise financeira e econômica mundial, os países da América Latina e o Caribe enfrentam novamente um cenário de desaceleração e grande incerteza econômica. O efeito das turbulências nas economias europeias, junto com a prolongada falta de dinamismo nos Estados Unidos e a desaceleração das economias emergentes da Ásia, contribuiu para a desaceleração do crescimento econômico da região no segundo semestre de 2011. (CEPAL, 2012)

Em 2013, a Cepal reconhece que o quadro de desaceleração produtiva se mantém na América Latina. De acordo com esse organismo:

Estima-se que em 2013 a taxa de crescimento do PIB da América Latina e do Caribe será similar à registrada em 2012, de 3%, frente a uma taxa de 3,5% estimada pela Cepal em abril. O resultado regional explica-se em parte pelo menor dinamismo apresentado pelo crescimento econômico do Brasil e do México. Do mesmo modo, em vários países que vinham crescendo a taxas elevadas (Chile, Panamá e Peru), observa-se uma desaceleração da atividade econômica. Diante do escasso dinamismo da demanda externa, a principal

6. Ao final de 2013, o crescimento da economia mexicana alcançou apenas 1,1%.

fonte de crescimento continua sendo o aumento do consumo, embora com um dinamismo menor em 2013 do que no ano anterior, ao passo que a contribuição do investimento estaria sendo ainda mais reduzida e a contribuição negativa das exportações líquidas (isto é, descontado o valor das importações) estaria aumentando. Essas tendências revelam problemas de baixo crescimento da maior parte das economias da região. (CEPAL, 2013, p. 14)

Os indícios de desaceleração da economia mexicana estão presentes desde o segundo trimestre de 2012. A própria Secretaria da Fazenda, em seu informe sobre a situação econômica do terceiro trimestre de 2012, reconhecia que:

A evolução dos principais indicadores macroeconômicos indica que durante o terceiro trimestre de 2012 a economia mexicana continuou em processo de expansão. O ritmo de crescimento tornou-se moderado em consequência da desaceleração da demanda externa. Nesse sentido, a produção industrial dos Estados Unidos continuou perdendo dinamismo, o que repercutiu no avanço das exportações não petrolíferas. De maneira mais geral, houve um enfraquecimento da recuperação da atividade econômica global e de suas perspectivas para os trimestres seguintes, persistindo uma elevada incerteza devido à frágil situação fiscal e financeira de vários países industrializados. (SHCP, 2012, p. 3)

Com efeito, durante o terceiro trimestre de 2012 a economia continuava se expandindo, o investimento e o consumo seguiam registrando taxas positivas de crescimento, mas a demanda externa — que foi o principal motor do crescimento dos últimos três anos — mostrava sinais evidentes de enfraquecimento. As exportações totais e manufatureiras diminuíram em termos absolutos nesse intervalo em relação às alcançadas no trimestre anterior, levando à redução do ritmo de crescimento da economia. Dada a grande dependência do sistema produtivo do país em relação aos Estados Unidos, o ritmo de crescimento das exportações veio perdendo dinamismo na medida em que a economia norte-americana não conseguiu se recuperar mais rapidamente. Em 2012, as exportações totais cresceram 7,5%, mas as exportações de petróleo diminuíram 9,6%, como consequência da baixa do preço do petróleo e de sua menor produção, ao passo que as manufatureiras tiveram um aumento de 9,3%. Durante o primeiro semestre de 2013 a situação se agravou. As exportações totais cresceram somente 0,6%, as de petróleo continuaram em queda (-8,3%), enquanto as manufatureiras tiveram um pequeno aumento de 2,3%. O crescimento de dois dígitos alcançados por elas durante a recuperação de 2010 a 2011 já é coisa do passado.

A desaceleração ganhou força em 2013. Segundo dados do Inegi, no primeiro trimestre desse ano o PIB cresceu apenas 0,6%, e no segundo 1,5% (ver Gráfico 1). Considerado o primeiro semestre em seu conjunto, o crescimento foi de 1%. A postura do governo com respeito à desaceleração foi muito defensiva.

Como os fatos desmentem a existência do “*Mexican moment*”, a primeira reação das autoridades foi negar o “apagão”, após minimizá-lo (é um “período de turbulência transitório”, declarou Carstens) e, agora, afirmam, sem nenhuma base sólida, que já estamos saindo da contração e que a economia se encontra em vias de recuperação... graças à varinha mágica das reformas estruturais.

A verdade é que o declínio produtivo está longe de acabar e a probabilidade de uma recessão ainda paira no horizonte próximo. Provisoriamente, o prognóstico do Banco Central para 2013 é de um crescimento entre 0,9% e 1,4%. As causas da desaceleração são não apenas o entorno externo desfavorável, mas também fatores de ordem interna que levaram à queda de investimento e de consumo. Entre elas encontram-se: a contração do gasto público, ainda não explicada satisfatoriamente pelas autoridades fazendárias; a crise do setor imobiliário; o superendividamento dos estados, o que repercute em seus programas de obras; e a conseqüente queda da indústria da construção associada a esses fatores.

Nos círculos dominantes, sustenta-se novamente que o México e a América Latina em geral poderão evitar os novos golpes da crise porque possuem melhores defesas para amenizar seus efeitos. No entanto, trata-se, mais uma vez, de uma meia verdade. Se a crise europeia se agravar e a recessão dupla internacional se concretizar, será difícil os países latino-americanos conseguirem se esquivar dela, como aconteceu em 2008. Por outro lado, o capital monopolista-financeiro está utilizando os países emergentes como zonas de alto retorno para o capital especulativo. Na segunda metade de 2011, diante do agravamento da crise financeira na Europa, o capital especulativo se mostrou cauteloso e restringiu suas operações nos mercados emergentes, resultando em ajustes para baixo dos tipos de câmbio e em retração dos índices bursáteis. Esse foi o primeiro aviso. Entretanto, uma vez que o Banco Central Europeu (BCE) decidiu injetar liquidez e emprestar (dar?) dinheiro aos bancos em dezembro, o capital especulativo voltou com força aos mercados emergentes em busca de altas taxas de retorno. As bolsas retomaram sua tendência altista (Gráfico 2) e os tipos de câmbio recuperaram sua tendência à valorização. A supervalorização das moedas, além de gerar tendências de estagnação econômica, fragiliza os sistemas financeiros.

Daqui em diante, o principal obstáculo à recuperação e que pode detonar uma crise financeira e/ou aprofundar o quadro recessivo, é a próxima decisão do Sistema de Reserva Federal (FED) para iniciar a normalização de sua política monetária mediante a eliminação gradual de seu programa de compra de títulos. Na reunião do FED de junho passado, seu presidente, Ben Bernanke, anunciou que o programa de flexibilização quantitativa QE3 será concluído em meados de 2014. Embora essa decisão dependa da conjuntura econômica norte-americana, mais cedo ou mais tarde se concretizará. Já são mais de quatro anos de taxas de juros zero e de programas não ortodoxos de compra de

títulos, que por não serem corrigidos ameaçam levar a economia mundial a uma deflação à japonesa.

Quando a normalização monetária começar, os países emergentes, como o México, experimentarão fortes sacudidas em seus mercados e em seus tipos de câmbio, com a retirada dos capitais especulativos para outros mercados. Seus impactos não serão como os que se experimentaram até agora, com valorização de moedas e crescimento raquítico, mas desvalorizações, turbulências financeiras, perda de reservas internacionais e recessão. Provisoriamente, o Instituto de Finanças Internacionais (2013) estima que os fluxos de capital para as economias emergentes ficarão em torno de US\$ 1,145 trilhão em 2013, um declínio de US\$ 36 bilhões em relação a 2012. Para 2014, o prognóstico é que o declínio chegue a US\$ 1,112 trilhão, seu menor nível desde a recessão de 2009. A economia mexicana já sentiu esses efeitos. No caso do México, a entrada de capital de carteira no primeiro semestre de 2013 foi de US\$ 6,173 bilhões, uma baixa muito significativa em relação aos US\$ 22,507 bilhões obtidos no primeiro semestre de 2012. O assunto é particularmente delicado, dada à alta participação de investidores estrangeiros nos títulos da dívida pública mexicana. A participação de residentes estrangeiros nos valores em circulação triplicou, passando de 10,8% em 2007 para 37,3% em 2013.

O “*Mexican moment*” pode se converter, num piscar de olhos, em “*Mexican nightmare*”!

Conclusão

Desde a chegada de Enrique Peña Nieto ao governo teve início uma campanha na imprensa nacional e internacional que mostra o México como uma economia vibrante em vias de se transformar em uma potência emergente e se incorporar ao grupo dos BRICS. Tal campanha se baseia na existência de fundamentos macroeconômicos saudáveis e na implementação, por parte da nova administração, das reformas estruturais pendentes, incluindo uma reforma energética, mediante a abertura da Pemex e da indústria elétrica ao capital privado nacional e estrangeiro.

Neste trabalho postula-se que o “*Mexican moment*” é uma imagem ideológica e que a situação econômica e política do país está muito distante do futuro idílico prometido nessa campanha. Ao contrário, o México esteve imerso, e assim continuará, na crise global que começou em 2007 e que ainda não terminou. A grande recessão de 2008-2009 afetou severamente a economia mexicana. Nosso país foi o país latino-americano que mais sofreu com seus efeitos. Embora no período de 2010 a 2012 o México tenha registrado uma recuperação moderada, registrou taxas de crescimento muito aquém das necessárias ao

país para a criação de empregos de qualidade e a solução dos enormes problemas sociais que nos afligem.

As reformas estruturais concebidas no Pacto pelo México se encaixam perfeitamente na agenda neoliberal traçada pelos organismos internacionais e são consonantes com a matriz neoliberal do Consenso de Washington. Embora essas reformas possam impulsionar alguns investimentos nos setores envolvidos nas reformas, dificilmente modificarão o quadro de semiestagnação econômica em que o México se encontra há 30 anos. A aprovação da reforma energética nos termos propostos pelo governo significará um retrocesso histórico que deixará nas mãos das transnacionais nossa principal alavanca para o desenvolvimento, como nos tempos do porfiriato⁷. O México precisa urgentemente de uma profunda mudança no modelo econômico e não de mais reformas.

Em vez de iniciar uma recuperação sustentável da economia, o México se encaminha para uma nova recessão de dimensões difíceis de antecipar. O principal obstáculo a ser superado em curto prazo serão os efeitos gerados pela decisão do FED de normalizar sua política monetária e abandonar gradualmente seu programa de compra de títulos. Quando a normalização monetária começar os capitais especulativos deixarão os mercados do México e dos países emergentes em geral, criando as condições de uma verdadeira tempestade financeira, com todas as suas sequelas de depreciações, desvalorização de capitais e queda produtiva.

Para o México, esse cenário será particularmente lesivo se forem levados em consideração os graves problemas políticos e de fratura social que enfrenta: falta de legitimidade do Estado; falta de representatividade dos partidos políticos; crescente resistência de grupos excluídos; assassinatos de líderes populares e jornalistas; controle territorial crescente dos cartéis do narcotráfico; cumplicidade ou interpenetração do aparelho do Estado e de segmentos da sociedade civil com os cartéis; surgimento de guardas comunitários etc. Esses assuntos, embora tenham ficado de fora da análise deste breve capítulo, sem dúvida constituem barreiras poderosas a qualquer tentativa de reorganização da economia.

§

7. Refere-se à ditadura de Porfírio Díaz, que governou o México de 1876 a 1911, quando foi afastado do poder pela Revolução Mexicana.

Referências bibliográficas

- ADN Político.com (2013). *5 encuestas sobre la reforma energética y el capital privado*. México, <http://www.adnpolitico.com/gobierno/2013/08/20/5-encuestas-sobre-la-reforma-energetica-y-el-capital-privado>.
- CEPAL (2013). *Estudio económico de América Latina y el Caribe 2013*. Santiago do Chile, www.eclac.cl.
- _____. (2012). *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2011*. Santiago do Chile, www.eclac.cl.
- THE ECONOMIST (2012). *Mexico's moment*. Londres, 21 de novembro. <http://www.economist.com/news/21566314-enrique-pe%C3%B1a-nieto-mexicos-newly-elected-president-sets-out-his-priorities-mexicos-moment>
- FORBES (2012). *The mexican miracle: despite drug war, economy is booming*. *Forbes*, EUA, 15 de outubro de 2012. <http://www.forbes.com/sites/nathanvardi/2012/10/15/the-mexican-miracle/>.
- FRIEDMAN, Thomas. (2013). *How Mexico got back in the game*. Nova York, 23 de fevereiro. http://www.nytimes.com/2013/02/24/opinion/sunday/friedman-how-mexico-got-back-in-the-game.html?_r=0.
- GUILLÉN, Arturo (2012). México y Brasil en el marco de la crisis global: reflexiones sobre estilos de desarrollo. In: VIDAL, G.; DENIZ, J. (coords.). *Actores del desarrollo y políticas públicas*. Madri: F.C.E.
- _____. (2010). La crisis global un año después del desplome financiero: perspectivas de su salida. In: CORREA, E.; GUILLÉN, A.; VIDAL, G. (coords). *Capitalismo ;recuperación? ¿descomposición?* México: Miguel Ángel Porrúa Editores-UAMI.
- LA PRENSA (2013). *Pide Carstens avanzar en las reformas estructurales*. México, <http://www.oem.com.mx/laprensa/notas/n2845644.htm>.
- OCAMPO, José Antonio (2011). ¿Cómo fue el desempeño de América Latina durante la crisis financiera global? In: *Ensayos Económicos*. n. 61-62. Buenos Aires: Banco Central de la República Argentina, jan.-jun.
- OECD (2013). *OECD Economic Surveys. México*. Paris, maio de 2013. http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/economics/oecd-economic-surveys-mexico-2013_eco_surveys-mex-2013-en#page1.
- PREBISCH, Raúl (1996). El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: *El Trimestre Económico*, vol. LXIII (1), n. 249. México, F.C.E.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2013). *Reforma energética*. México, <http://presidencia.gob.mx/reformaenergetica/#!landing>
- SCHP (2012). *Informe sobre la situación económica, las finanzas públicas y la deuda pública*. 3º trimestre. México, SHCP. <http://www.shcp.gob.mx/POLITICAFINANCIERA/FINANZASPUBLICAS/ITSSEFPDP/Paginas/2012.aspx>.
- SINGER, H. W (1996). Comercio e inversión en países poco desarrollados. In: *El Trimestre Económico*. Ob. cit.
- VIDEGARAY, Luis (2013) *Palabras de Luis Videgaray durante la presentación de la reforma financiera*. México, <http://www.radioformula.com.mx/notas.asp?Idn=323535>.
- THE WALL STREET JOURNAL (2013). *Mexico seeks deeper revamp of energy sector*. Nova York, <http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424052702303936904579179993847537308>.